



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**30/05/2011**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. JULGAMENTOS.....	1
1.2. PAUTA ZERO.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. JULGAMENTOS.....	3 - 4
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CONCURSO.....	6 - 9
3.2. INSTITUCIONAL.....	10

▶ IPTU ◀

# TJMA SUSPENDE COBRANÇA

O pagamento da cota única e da primeira parcela venceria nesta segunda-feira

Reunido em sessão extraordinária, na tarde de quinta-feira, 26, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu suspender, provisoriamente, a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) 2011 pela Prefeitura Municipal de São Luís. O pagamento da cota única e da primeira parcela venceria nesta segunda-feira, 30. O Pleno deferiu, em caráter liminar, medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

contra a Lei Municipal nº 3.392/2010, que instituiu o aumento da Planta Genérica de Valores (PGV) base do cálculo do imposto, alterando os valores a serem cobrados este ano. O advogado Rodrigo Maia ocupou a tribuna e argumentou que o aumento súbito e estratosférico viola os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, vedação ao efeito confiscatório e da capacidade contributiva na cobrança do imposto, além da proibição de concessão de isenção sem interesse público justificado.

O procurador-geral do município, Francisco Coelho, alegou que a administração municipal não teve acesso à petição inicial da ADIN, que não mereceria sequer ser submetida à apreciação liminar pelo Pleno. Sustentou que o aumento do IPTU não foi decidido de forma açodada e que não houve oportunidade de o município apresentar o relatório elaborado pelos técnicos que justificam os aumentos. 'Qualquer cidadão pode solicitar à prefeitura a reavaliação do valor', disse o procurador de São Luís.

## ▷ JUSTIÇA

## Processos de Paço do Lumiar serão analisados

Inicia nesta segunda-feira, 30, a sétima edição do "Pauta Zero". O foco, desta vez, é o acervo de três mil processos da 1ª Vara de Paço do Lumiar. Os 20 juízes que integram o projeto terão uma semana para realizar o trabalho.

A ação traz como novidades o local onde os juízes irão trabalhar na análise e despachos de processos: o auditório da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), no Renascença. Pela primeira vez, o "Pauta Zero"

terá pela frente duas pautas em único mês. De 16 a 20 de maio, os magistrados atuaram na 1ª Vara de Balsas, no Sul do estado.

As ações do "Pauta Zero" ocorrem nos fóruns das comarcas que recebem o projeto da Corregedoria. No caso de Paço do Lumiar, a mudança foi motivada pelo espaço físico do Fórum Des. Tácito da Silveira Caldas, há anos insuficiente para atender as três varas da comarca de entrância intermediária a 30 km de São Luís.

# TJ mantém suspensão da licitação de hospital

Em decisão do desembargador Cleones Carvalho Cunha, o Tribunal de Justiça manteve suspensa a construção de hospital de urgência da Prefeitura de São Luís. **Política 3**



# TJ mantém suspensão de licitação de hospital da Prefeitura de São Luís

Decisão da juíza Luzia Madeiro Nepomucena foi mantida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha; licitação foi suspensa por constatação de irregularidades

**Décio Sá**  
Da editoria de Política

O desembargador Cleones Carvalho Cunha manteve, na semana passada, decisão da juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital, Luzia Madeiro Nepomucena, que suspendeu, por irregularidades, no fim do mês passado, licitação através da qual a Prefeitura de São Luís queria construir um hospital de urgência-emergência no valor de R\$ 91 milhões.

A primeira decisão contra o certame foi tomada pelo conselho do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Jorge Pavão. A medida cautelar foi avalizada posteriormente pelo pleno da Corte de Contas. Em todos os casos, as ações contra o Município foram ajuizadas pela Construção e Incorporação e Administração de Imóveis (C.I.A.).

O desembargador negou recurso com o qual o Município pretendia anular a decisão da juíza. De acordo com Cleones Cunha, o edital de licitação da obra restringiu de forma indevida a participação das construtoras.

"Portanto, constatado que o edital exorbitou ao exigir requisitos cumulativos para a habilitação econômico-financeira, restringindo indevidamente o universo de licitantes – o que viola o princípio da isonomia e frustra o caráter competitivo da licitação (Lei 8.666/93, art. 3º § 1º II) –, é o que basta para, em cognição sumária, negar o efeito suspensivo pretendido, ficando, por ora, prejudicada a análise das demais questões devolvidas no recurso", afirma o desembargador na decisão.

Ele classificou como irregular o fato de a Prefeitura ter exigido, de forma cumulada, das empresas que queriam participar da licitação, prova de capital social ou patrimônio líquido no valor mínimo de R\$ 9,2 milhões.

"Nesse caso, falta fundamento relevante ao agravo, na medida em que as garantias previstas no artigo 31 § 2º da Lei 8.666/93 [Lei das Licitações] devem ser exigidos de forma alternativa, e não cumulada", explica o magistrado.

**Histórico** - O hospital de urgência-emergência é uma das promessas de campanha do prefeito João Castelo (PSDB). Desde seu anúncio, a obra é alvo de discussões sobre o local onde deveria ser construída a unidade de saúde. O tucano já até recebeu prêmio, em São Paulo, pela maquete do hospital.

O Município tentou primeiro uma área pertencente ao Governo do Estado, no Angelim, onde está prevista a construção de um conjunto residencial. Depois, a área do Parque do Bacanga, vetada por questões ambientais. Agora o alvo é um terreno próximo à Assembleia Legislativa, também motivo de críticas de ambientalistas por ficar na área de preservação do Sítio Rangedor.



O desembargador Cleones Cunha negou recurso da Prefeitura

## Mais

**No início** deste mês, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE) confirmou, em sessão, por unanimidade, liminar em medida cautelar expedida semana passada pelo conselheiro Jorge Pavão suspendendo a licitação de R\$ 92,5 milhões para construção de um hospital de urgência e emergência pela Prefeitura de São Luís.

**Além** da suspensão do certame, o tribunal aplicou multa de R\$ 1,5 mil ao secretário municipal de Obras, Marco Aurélio Freitas, e à presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura, Rosane Carvalho Ramos, por não terem enviado previamente ao órgão toda a documentação relativa à licitação. A Corte deu cinco dias para os documentos serem entregues.



# “Raiair da Liberdade” é lançado em Imperatriz

## Apenados da CCPJ serão capacitados em fábrica de aros de bicicleta

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária lançou semana passada em Imperatriz o projeto “Raiair da Liberdade”, fruto de uma parceria entre a Sejap, 5ª Vara Criminal e a empresa Bodim Bicletas. A iniciativa possibilita que apenados do regime fechado da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) tenham acesso à capacitação profissional em montagem e manutenção de aros e rodas de bicicleta.

A coordenadora de Assistência Laborterápica da Sejap, Alice Magalhães, explicou que um estudo psicossocial selecionou os internos com base em critérios necessários para o desempenho das atividades. Inicialmente quatro reeducandos participarão desta fase do projeto que vai garantir remuneração por cada peça produzida. “Estamos capacitando nossos apenados para que eles sejam multiplicadores de conhecimento. Eles recebem uma quantia por peça produzida, podendo desta forma contribuir com a renda de suas famílias mesmo durante o cumprimento da sentença”, afirmou.

O secretário adjunto da Justiça e da Administração Penitenciária, Ribamar Cardoso Lima, disse que o projeto prepara o

apenado para o retorno ao convívio em sociedade. Ele explicou ainda que para cada três dias de trabalho, um dia será diminuído no cumprimento da sentença e que a 5ª Vara Criminal realizará um acompanhamento para garantir o benefício. “Em uma ação com a juíza Samira Barros Heluy vamos acompanhar a sentença de cada interno, para que o benefício da remissão de pena seja garantido aos participantes do projeto”, disse Lima.

Segundo o gerente de marketing da Bodim Bicletas, Roberto Barros, em apenas dois dias de capacitação foram produzidas 100 rodas prontas para montagem final. Ele disse que todas as peças produzidas durante a primeira semana já foram vendidas e que ao final de 30 dias o interno receberá da empresa em conta bancária administrada pela família o valor correspondente à produção do mês. “A Bodim acredita na força do trabalho e desenvolve com satisfação esta parceria com a Sejap e a 5ª Vara Criminal de Imperatriz”, comentou Roberto Barros.

**Plano** - De acordo com o secretário da Justiça e da Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, a Sejap tem atendido a um plano de ressocialização que busca ampliar as ações de reintegração por meio de capacitação profissional e parcerias com instituições privadas que compreendam a importância da causa. Ele

destaca o início das atividades como um novo momento do sistema prisional no estado. “O sistema carcerário do Maranhão começa a viver outra realidade. Com o apoio da governadora Roseana Sarney, já iniciamos amplas reformas nas unidades prisionais para revitalizar espaços e desta forma garantir capacitação profissional, assistência jurídica e educação aos apenados de todo o estado” afirmou.

A juíza da 5ª Vara Criminal, Samira Barros Heluy, elogiou o empenho da Sejap em mudar a realidade do sistema prisional do estado. “A equipe da secretaria tem promovido mudanças significativas no cenário prisional local. Já garantimos uma nova estrutura para o albergue e agora contamos com um programa de ressocialização em Imperatriz”, enfatizou.

### Mais

**A parceria** firmada entre Sejap e a Lavanderia Lavatec está possibilitando que apenas do regime semiaberto da Penitenciária Feminina (Crisma) sejam inseridas no mercado de trabalho. Cumprindo carga horária de 40 horas semanais, elas recebem três quartos do salário mínimo comercial, auxílio transporte e alimentação durante os 12 meses de duração do projeto.

# DEFICIENTES BARRADOS EM CONCURSO PÚBLICO

Os deficientes visuais Manuel do Valle e Adriane Santos foram impedidos de fazer prova no concurso realizado ontem para o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Para o exame, eles necessitariam de um aparelho chamado ledor, soli-

citado no momento da inscrição. Mas os pedidos de ambos foi indeferidos. Por isso, nem o aparelho e nem o transcritor de repostas especiais estavam disponíveis. Os candidatos reclamam que não foram avisados do indeferimento a tempo. Em

contato com a coordenação, foram informados que o pedido negado estava disponibilizado na internet.

Urbano 3



THIAGO VELOSO/OIMP/DAPRESS



## **Barrados no concurso**

Dois deficientes visuais não puderam participar do concurso do TJ-MA. Não havia sala e equipamento de leitura das provas. No mesmo dia, um fórum discutia o descaso com os direitos dos deficientes. Coordenação do concurso comunicou os candidatos sobre o problema minutos antes do início da prova.

PÁGINA 3

■ BARRADOS

# Deficientes impedidos de fazer prova

Na manhã de ontem, dois deficientes visuais não conseguiram participar de concurso do TJ-MA por não haver cadeira e equipamentos adequados

FOTOS: THIAGO VELOSO/OIMP/DAPRESS

LUCAS HADADE

**D**ois deficientes visuais não puderam fazer prova para concurso do TJ-MA, na manhã de ontem. Manuel do Valle, 51 anos, é estudante de direito e pleiteava o cargo de analista de direito, enquanto a assistente social Adriane Santos tentava ingressar na área de assistência social, no cargo de analista judiciário.

No ato da inscrição, eles requereram um leitor, aparelho específico para ler provas, um transcritor para transcrever as respostas para o gabarito, uma prova ampliada com a fonte da letra maior, e uma hora a mais de duração para realização das provas. Ambos foram informados no local, o colégio Master, no Filipinho, que tiveram seus pedidos indeferidos. Os dois, coincidentemente, iriam ficar na mesma sala e chegaram a entrar no local.

"Quando cheguei na sala, percebi que não havia uma cadeira para o leitor, então, perguntei onde estava o leitor e a cadeira. Soube que eles não tinham providenciado nem um, nem outro", relata Manuel Valle.

Os dois estavam extremamente constrangidos. Adriane disse nunca ter passado por tal situação, enquanto Manuel disse que isso já aconteceu uma vez e foi muito frustrante. Ele ainda afirma que não deixará isso passar em branco e vai atrás dos seus direitos.

"Eu fiz tudo nos conformes, tudo como pedia no edital. Havia uma cláusula no edital informando que nós podíamos preencher um requerimento pedindo o que fosse necessário. Eles disseram na hora que o indeferimento do pedido foi disponibilizado na internet, mas uma



Na sala de Manuel, não havia cadeira e nem leitor para realização da prova; candidato estava revoltado

coisa desse porte não pode ser avisada dessa forma", afirmou Manuel.

Adriane relata ainda que a equipe do concurso demorou mais de 15 minutos para avisá-los da rejeição do pedido e que, quando a resposta chegou, os concorrentes já tinham iniciado a prova. Ela estava com toda a documentação, comprovando os pedidos.

"A coordenadora do local chegou e nos avisou que tinha falado com o coordenador-geral que organiza o concurso para o TJ-MA. Ela disse que o pedido foi indeferido. Isso tudo após o sinal tocar e a prova já ter sido iniciada. Mesmo eu mostrando os documentos e provando que tudo foi pedido, o problema não foi resolvido", disse Adriane.

A equipe de **O Imparcial** tentou entrar em contato com a coordenação do concurso, que foi realizado pelo Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES e com o Tri-

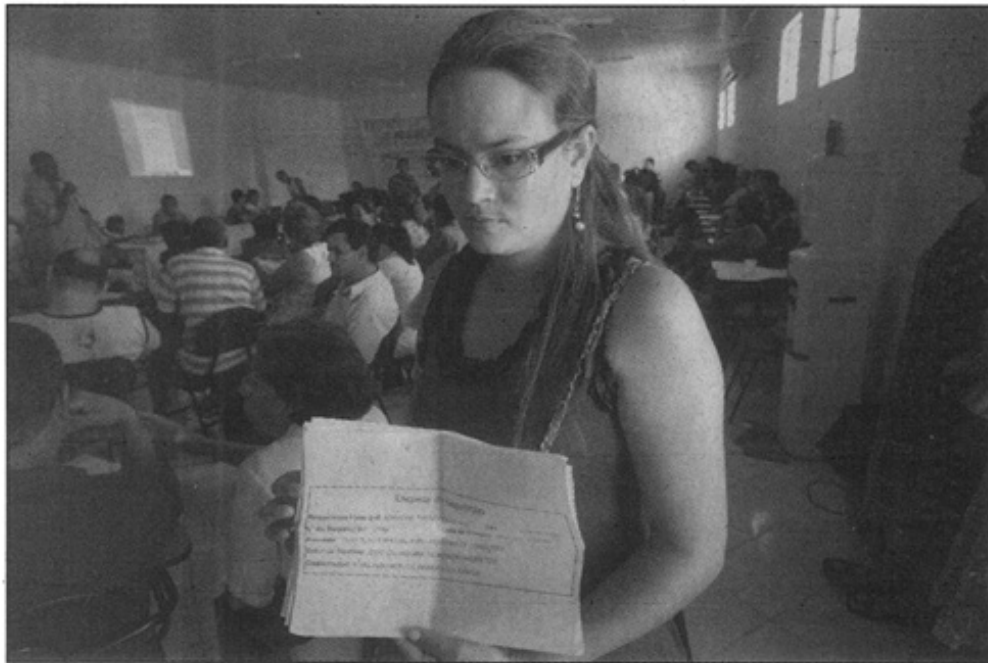
bunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Após ligar para seis vezes para o mesmo número, a equipe não conseguiu falar com ninguém que pudesse explicar o ocorrido.



**A coordenadora do local chegou e nos avisou que tinha falado com o coordenador-geral que organiza o concurso para o TJ-MA. Ela disse que o pedido foi indeferido**

**Adriane Santos,**  
estudante





Adriane não fez a prova, pois suas reivindicações não foram deferidas. Coordenação não avisou a tempo

## Fórum para discutir direitos dos deficientes

A alguns quilômetros do bairro do Filipinho, no bairro Araçagy, era realizado o Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas Deficientes e com Patologia, que visa combater o descaso para com os direitos das pessoas deficientes e com patologias e ainda, eleger sete conselheiros para atuarem em conjunto com o estado pelos direitos dos deficientes.

O tema do Fórum foi "Sou Fórum, sou apaixonado pela vida, eu luto!" e teve como ideal trabalhar questões como a carta de princípios, o planejamento para 2011 e 2012 e a eleição de 7 conselheiros.

O evento contou com a presença de alguns representantes do governo estadual, como a secretaria-ad-

junta dos Direitos Humanos, Nilda Turra e a secretaria-adjunta para assuntos institucionais, Berenice Gomes.

O presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Jerônimo Cavalcante, explicou que é muito importante que a população saiba os direitos e benefícios que o deficiente possui, inclusive, as autoridades, pois o presidente afirmou que, na esfera pública, há pessoas que ocupam cargos sem ter o menor conhecimento de causa. Ele ainda reitera que existem três pontos relevantes sobre a discussão: o desenvolvimento social, os direitos humanos e a saúde.

"As pessoas precisam saber que, em filas, o deficiente tem a prefe-

rência. A saúde é outro ponto crucial; uma mulher deficiente física, por exemplo, não tem condições de fazer uma mamografia", disse Jerônimo.

## Ave, Maria!

Sexta - feira passada, a imagem de Nossa Senhora deu um passeio pela Avenida Pedro II, onde foi recebida em três endereços habitados por quem toma conta dos destinos do seu povo: Tribunal de Justiça, Palácio dos Leões (governo do estado) e Palácio La Ravardiere (Prefeitura Municipal). Pela pose para as lentes fotográficas, os ilustres devotos da santa parecem estar mais dispostos a seguir o que o filho dela ensinou e pediu que se fizesse na Terra, enquanto não retorna.